

**TC 026.536/2024-2**

**Tipo:** Acompanhamento

**Unidade jurisdicionada:** Secretaria de Prêmios e Apostas e Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda

**Proposta:** diligência

## INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de Acompanhamento a respeito da regulamentação do mercado de bets, ou apostas de quota fixa de eventos esportivos, pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda (SPA/MF), conforme Comunicação da Presidência em 2/10/2024 (Memorando nº 027/2024/Seses).

2. Os ministros do TCU aprovaram ação de controle pela Secretaria-Geral de Controle Externo para conhecer e acompanhar os custos envolvidos na saúde pública, o impacto no poder de compra das famílias e as ações propostas pelo Governo Federal para prevenir, por exemplo, a lavagem de dinheiro, o roubo de dados dos apostadores e o envolvimento de menores de idade (peça 2, p. 4).

3. Além deste Acompanhamento da AudFiscal, foram autuados outros quatro processos em cumprimento à decisão do Plenário, todos de relatoria do ministro Jonathan de Jesus:

a) Levantamento sobre as ações do Ministério da Saúde voltadas à população com vício nas bets (TC 024.852/2024-4 – AudSaúde);

b) Levantamento no comprometimento de renda dos beneficiários do Bolsa Família com apostas online (TC 024.146/2024-2 – AudBenefícios);

c) Acompanhamento para conhecer e acompanhar as ações do Coaf com vistas à prevenção da lavagem de dinheiro, no que se relaciona a apostas de quota fixa de eventos esportivos (TC 024.430/2024-2 – AudBancos); e

d) Acompanhamento das ações propostas pelo Governo Federal para prevenir o roubo de dados dos apostadores e outros aspectos relativos à tecnologia da informação nas empresas autorizadas a explorar jogos com apostas de quota fixa (TC 025.609/2024-6 – AudTI).

## EXAME TÉCNICO

4. Para a realização do Acompanhamento pela Audfiscal, é necessário realizar diligência à Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, para obtenção de informações referentes: (i) à autorização para atuação no mercado de apostas de quota fixa de eventos esportivos; (ii) às empresas que já atuam no setor; (iii) ao fluxo financeiro deste mercado; e (iv) à fiscalização e supervisão das casas de apostas.

5. Para tanto, será solicitado à referida Secretaria que encaminhe a este Tribunal as seguintes informações:

i) Em relação à autorização e aos requerimentos para exploração de apostas de quota fixa apresentados desde a vigência da Lei 14.790, de 29 de dezembro de 2023, até dezembro de 2024, informar:

1) considerando a tese fixada para o Tema 1323 do STF de que “a execução do serviço público de loteria por agentes privados depende de delegação estatal precedida de licitação”, como o Poder Executivo tem cumprido a referida tese no caso do processo administrativo de autorização das Bets?

2) normas que regulamentam o processo administrativo de autorização;

- 3) fundamento legal para pré-autorização conferida pelo Poder Executivo;
- 4) critérios para autorização ou não dos requerimentos para exploração de apostas de quota fixa;
- 5) atribuições, responsabilidades e fundamentação legal da atuação de cada ator governamental envolvido na autorização (Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Banco Central, outros);
- 6) forma de articulação interinstitucional com a Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, vinculada ao Ministério do Esporte;
- 7) mecanismos para mitigar o risco da concessão de autorização para empresas ligadas ao crime organizado, se houver;
- 8) referências e modelos para regulamentação do processo de autorização de outros países, se houver; e
- 9) fluxo do processo de autorização e operacionalização, abordando as etapas de credenciamento dos agentes operadores de apostas de quota fixa, de expedição de pré-autorização ou autorização definitiva, de recolhimento da outorga, de oferta e realização de apostas, de recolhimento de tributos (especificando todos os tributos incidentes).

ii) Em relação às empresas que já atuam ou que apresentaram requerimento para atuar no setor, informar:

- 1) total de Bets autorizadas, total Bets não autorizadas, total de Bets em processo administrativo de autorização;
- 2) listagem das empresas que já atuam no setor, com as seguintes informações: nome e CNPJ da empresa credenciada, se nacional ou estrangeira, marcas autorizadas a operar, data da pré-autorização e da autorização definitiva, valor de outorga e data de recolhimento do valor de outorga, conforme sugerido na tabela abaixo:

Empresa	CNPJ	Empresa Nacional ou estrangeira	Marcas	Data da pré-autorização	Data da autorização definitiva	Valor de outorga recolhido (R\$)	data de recolhimento do valor de outorga

- 3) listagem das empresas que tiveram o requerimento para atuar negado, especificado o requisito/condição não atendido, bem como fundamento legal;
- 4) listagem das empresas com requerimento pendente de análise, com a data do protocolo do requerimento, bem como justificativa no caso de suspensão/prorrogação do prazo de análise;

iii) Em relação ao fluxo financeiro das Bets:

- 1) considerando que antes da regulamentação das Bets as empresas já constituídas deveriam estar recolhendo os tributos inerentes a atividade empresarial que exerciam, informar quais os tributos por elas recolhidos e qual o montante nos últimos cinco anos;
- 2) resultados financeiros após a regulamentação: volume transacionado, tributos arrecadados, remessa de recursos para o exterior e recebimento de recursos do exterior;

- 3) acompanhamento dos efeitos tributários relacionados às apostas online, se houver, incluindo os níveis de tributação, os reflexos estimados na arrecadação e as medidas de política tributária na experiência internacional;
- 4) estimativa da perda de arrecadação antes da regulamentação; e
- 5) valor total de tributos recolhidos desde a data da pré-autorização até o momento para cada bet, bem como discriminados por mês; e
- 6) se as normas vigentes que definem a tributação do segmento de apostas online no Brasil estão alinhadas ao modelo de tributação dessa atividade em outros países, justificando a resposta.

iv) Em relação à supervisão, fiscalização e controle dos sites de apostas online:

- 1) atribuições, responsabilidades e fundamentação legal da atuação de cada ator governamental envolvido na fiscalização e controle destas empresas (Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Banco Central, outros);
- 2) fluxo dos processos de supervisão e fiscalização;
- 3) pareceres jurídicos da PGFN que embasaram a decisão de outorga;
- 4) fluxo previsto para o tratamento de denúncias recebidas contra as empresas atuantes;
- 5) situações que podem ensejar a revogação de autorizações previamente concedidas e fundamentação legal.

## CONCLUSÃO

6. Para o seguimento do acompanhamento, será proposta realização de diligência para obtenção de informações referentes (i) à autorização para atuação no mercado de apostas de quota fixa de eventos esportivos; (ii) às empresas que já atuam no setor; (iii) ao fluxo financeiro deste mercado; e (iv) à fiscalização e supervisão das casas de apostas.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

7. Há delegação de competência do relator ao titular da unidade técnica para a realização de diligências, nos termos do art. 1º, I, da Portaria MIN-JPJ nº 2, de 2/8/2023. No entanto, considerando que este Acompanhamento foi originado de Comunicação da Presidência e há outros quatro processos tratando de matéria de bets que atraiu a prevenção do relator (TC 024.146/2024-2), propõe-se o encaminhamento da proposta diligência para decisão do exmo. ministro Jonathan de Jesus.

## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

8. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) realizar diligência, com fundamento no art. 157 do RI/TCU, à Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda, para que, no prazo de 15 dias, sejam encaminhados os seguintes documentos e informações:

i) Em relação à autorização e aos requerimentos para exploração de apostas de quota fixa apresentados desde a vigência da Lei 14.790, de 29 de dezembro de 2023, até dezembro de 2024, informar:

- 1) considerando a tese fixada para o Tema 1323 do STF de que “a execução do serviço público de loteria por agentes privados depende de delegação estatal precedida de licitação”, como o Poder Executivo tem cumprido a referida tese no caso do processo administrativo de autorização das Bets?
- 2) normas que regulamentam o processo administrativo de autorização;

- 3) fundamento legal para pré-autorização conferida pelo Poder Executivo;
- 4) critérios para autorização ou não dos requerimentos para exploração de apostas de quota fixa;
- 5) atribuições, responsabilidades e fundamentação legal da atuação de cada ator governamental envolvido na autorização (Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Banco Central, outros);
- 6) forma de articulação interinstitucional com a Secretaria Nacional de Apostas Esportivas e de Desenvolvimento Econômico do Esporte, vinculada ao Ministério do Esporte;
- 7) mecanismos para mitigar o risco da concessão de autorização para empresas ligadas ao crime organizado, se houver;
- 8) referências e modelos para regulamentação do processo de autorização de outros países, se houver; e
- 9) fluxo do processo de autorização e operacionalização, abordando as etapas de credenciamento dos agentes operadores de apostas de quota fixa, de expedição de pré-autorização ou autorização definitiva, de recolhimento da outorga, de oferta e realização de apostas, de recolhimento de tributos (especificando todos os tributos incidentes).

ii) Em relação às empresas que já atuam ou que apresentaram requerimento para atuar no setor, informar:

- 1) total de Bets autorizadas, total Bets não autorizadas, total de Bets em processo administrativo de autorização;
- 2) listagem das empresas que já atuam no setor, com as seguintes informações: nome e CNPJ da empresa credenciada, se nacional ou estrangeira, marcas autorizadas a operar, data da pré-autorização e da autorização definitiva, valor de outorga e data de recolhimento do valor de outorga, conforme sugerido na tabela abaixo:

Empresa	CNPJ	Empresa Nacional ou estrangeira	Marcas	Data da pré-autorização	Data da autorização definitiva	Valor de outorga recolhido (R\$)	data de recolhimento do valor de outorga

- 3) listagem das empresas que tiveram o requerimento para atuar negado, especificado o requisito/condição não atendido, bem como fundamento legal;
- 4) listagem das empresas com requerimento pendente de análise, com a data do protocolo do requerimento, bem como justificativa no caso de suspensão/prorrogação do prazo de análise;

iii) Em relação ao fluxo financeiro das Bets:

- 1) considerando que antes da regulamentação das Bets as empresas já constituídas deveriam estar recolhendo os tributos inerentes a atividade empresarial que exerciam, informar quais os tributos por elas recolhidos e qual o montante nos últimos cinco anos;
- 2) resultados financeiros após a regulamentação: volume transacionado, remessa de recursos para o exterior e recebimento de recursos do exterior;

- 3) acompanhamento dos efeitos tributários relacionados às apostas online, se houver, incluindo os níveis de tributação, os reflexos estimados na arrecadação e as medidas de política tributária na experiência internacional;
- 4) estimativa da perda de arrecadação antes da regulamentação;
- 5) valor total de tributos recolhidos desde a data da pré-autorização até o momento para cada bet, bem como discriminados por mês; e
- 6) se as normas vigentes que definem a tributação do segmento de apostas online no Brasil estão alinhadas ao modelo de tributação dessa atividade em outros países, justificando a resposta.

iv) Em relação à supervisão, fiscalização e controle dos sites de apostas online:

- 1) atribuições, responsabilidades e fundamentação legal da atuação de cada ator governamental envolvido na fiscalização e controle destas empresas (Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda, Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, Banco Central, outros);
- 2) fluxo dos processos de supervisão e fiscalização;
- 3) pareceres jurídicos da PGFN que embasaram a decisão de outorga;
- 4) fluxo previsto para o tratamento de denúncias recebidas contra as empresas atuantes;
- 5) situações que podem ensejar a revogação de autorizações previamente concedidas e fundamentação legal;

v) outras informações que possam ser úteis para a elucidação da matéria tratada no presente processo;

b) encaminhar cópia da presente instrução à Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda a fim de subsidiar as manifestações a serem requeridas.

AudFiscal, em 9 de dezembro de 2024.

*(Assinado eletronicamente)*

Paulo Henrique de Oliveira Soeiro

AUFC – Mat. 9490-0